

ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2511042821M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
TJ RS

CARGO:

Analista do Poder Judiciário –
Área Judiciária

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TJ RS – 1º SIMULADO – ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS - EDITAL)

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

Indique a sequência em que o encadeamento das ideias e a progressão temática se mantêm coerentes e logicamente construídas.

- (A) A leitura estimula o pensamento crítico. O pensamento crítico amplia a autonomia intelectual. Logo, a leitura é um instrumento de emancipação do sujeito.
- (B) A leitura estimula o pensamento crítico. O pensamento crítico reduz a necessidade de leitura. Portanto, ler frequentemente impede o desenvolvimento da reflexão.
- (C) A leitura estimula o pensamento crítico. O pensamento crítico depende unicamente de fatores genéticos. Assim, a prática da leitura não interfere no processo intelectual.
- (D) A leitura estimula o pensamento crítico. O pensamento crítico ignora a reflexão e privilegia a repetição. Por isso, o hábito de ler torna-se desnecessário.
- (E) A leitura estimula o pensamento crítico. O pensamento crítico é o oposto da autonomia. Dessa forma, quanto mais se lê, menos se pensa por conta própria.

2

Leia os fragmentos a seguir, que poderiam compor o desenvolvimento de um mesmo texto dissertativo:

- I – A busca por soluções imediatas tem levado à superficialidade nas decisões públicas.
- II – Essa superficialidade decorre de uma cultura política que valoriza mais a aparência do que a consistência das ações.
- III – É necessário, portanto, repensar os critérios de eficácia administrativa, priorizando resultados duradouros.
- IV – As redes sociais têm contribuído para a valorização de gestos simbólicos em detrimento de medidas estruturais.

Assinale a alternativa em que a ordem dos fragmentos estabelece coerência e progressão temática adequadas, respeitando a lógica argumentativa do discurso.

- (A) III – II – IV – I
- (B) II – III – I – IV
- (C) IV – I – II – III
- (D) I – III – IV – II
- (E) I – IV – II – III

3

Analise os enunciados a seguir e identifique aquele em que a progressão temática e a coerência lógica se mantêm adequadas.

- (A) A empresa prometeu investir em sustentabilidade, portanto reduziu os programas de reciclagem.
- (B) O autor defende o diálogo entre culturas, contudo propõe o isolamento como forma de preservar tradições.
- (C) A ciência evolui com base em questionamentos constantes; por isso, a dúvida é condição essencial do conhecimento.
- (D) O país registrou aumento da violência; logo, a segurança pública deixou de ser uma preocupação governamental.
- (E) A crítica social se intensificou na arte contemporânea, pois esta busca o afastamento completo da realidade.

4

As sentenças a seguir poderiam compor trechos de um mesmo texto argumentativo.

Analise as opções e identifique em qual delas os segmentos se articulam por uma relação contextual de oposição e complementaridade, estabelecendo coerência semântica e continuidade temática.

- (A) A ampliação do acesso à informação contribuiu para o fortalecimento da cidadania. Por isso, a sociedade se tornou menos participativa nas decisões públicas.
 - (B) A valorização das redes sociais ampliou as formas de interação. Entretanto, a comunicação tornou-se mais imediata e superficial.
 - (C) O investimento em educação reduziu os índices de analfabetismo. Assim, as escolas públicas enfrentam mais dificuldades de aprendizagem.
 - (D) O aumento da expectativa de vida revela avanços na medicina. Desse modo, cresce a negligência em relação à saúde preventiva.
 - (E) O desenvolvimento tecnológico simplificou processos produtivos. Por essa razão, aumentou a complexidade das relações de trabalho.
- (D)

5

Considere as construções a seguir e identifique aquela em que a relação contextual entre os segmentos é de causa e consequência, estabelecendo progresso lógico e coerência argumentativa.

- (A) A liberdade de expressão é um direito fundamental; contudo, o uso irresponsável das redes sociais tem favorecido a desinformação.
- (B) O investimento em tecnologia cresceu; entretanto, a desigualdade digital manteve-se praticamente inalterada.
- (C) O envelhecimento populacional é um desafio crescente; por outro lado, a ampliação dos programas de saúde tem reduzido seus impactos.
- (D) A crise econômica agravou-se; por isso, o consumo das famílias diminuiu significativamente.
- (E) As novas gerações são mais conectadas; ainda assim, demonstram maior dificuldade de interação presencial.

6

Em uma entrevista sobre educação digital, a pesquisadora afirmou:

“Os jovens dominam a linguagem das tecnologias, mas nem sempre compreendem os conteúdos que circulam nelas. Saber manusear um dispositivo é diferente de saber interpretar o que ele transmite.”

Considerando apenas as informações explicitamente expressas na fala da pesquisadora, assinale a alternativa correta.

- (A) A entrevistada reconhece que o domínio tecnológico dos jovens é proporcional à sua capacidade de interpretar informações.
- (B) A fala sugere que a educação tradicional é superior à digital, pois prioriza a leitura crítica em detrimento da técnica.
- (C) Infere-se da declaração que os jovens se mostram incapazes de lidar com tecnologias, o que compromete sua inserção social.
- (D) A entrevistada distingue competência técnica (manusear) de competência interpretativa (compreender), deixando claro que uma não implica necessariamente a outra.
- (E) A fala indica que a tecnologia é responsável direta pela perda das habilidades de leitura e compreensão textual.

7

Durante uma conferência sobre ética profissional, um palestrante afirmou:

“A transparência não consiste em dizer tudo o que se sabe, mas em garantir que o que se diz corresponda à verdade. Falar demais pode ser tão desonesto quanto omitir o essencial.”

Com base apenas nas informações explicitamente expressas na fala do palestrante, assinale a alternativa correta.

- (A) O palestrante considera que a honestidade está ligada à correspondência entre fala e verdade, não à quantidade de informações reveladas.
- (B) Segundo o palestrante, a transparência exige que o profissional revele todos os dados disponíveis, ainda que irrelevantes.
- (C) A declaração indica que a omissão é sempre mais grave do que o excesso de exposição, independentemente do contexto.
- (D) A fala sugere que o silêncio é incompatível com a ética, já que omitir é uma forma de desonestidade inevitável.
- (E) O palestrante entende que falar demais e omitir o essencial são práticas moralmente equivalentes, mas inevitáveis nas relações profissionais.

8

Em um debate sobre sustentabilidade, um especialista afirmou:

“A responsabilidade ambiental não depende apenas de políticas públicas, mas também de escolhas individuais. É incoerente exigir mudanças coletivas quando se insiste em práticas pessoais que reforçam o problema.”

Considerando somente o que está explicitamente afirmado no discurso do especialista, assinale a alternativa correta.

- (A) O palestrante defende que o papel do Estado é secundário na preservação ambiental, pois o indivíduo deve agir de forma isolada.
- (B) O especialista afirma que a coerência entre discurso e prática é parte da responsabilidade ambiental, já que as atitudes pessoais também interferem nas mudanças coletivas.
- (C) Segundo o especialista, as políticas públicas são suficientes para resolver os problemas ambientais, desde que bem fiscalizadas.
- (D) O discurso sugere que o comportamento individual é irrelevante diante das responsabilidades do poder público.
- (E) A fala expressa que a responsabilidade ambiental é um conceito utópico, impossível de ser alcançado em nível coletivo.

9

Durante uma entrevista, um sociólogo declarou:

“As pessoas dizem estar cansadas da política, mas continuam debatendo sobre ela diariamente. Talvez o cansaço não seja da política em si, e sim do modo como ela tem sido conduzida.”

Com base nas informações do trecho, identifique a alternativa cuja inferência é válida, ou seja, decorre logicamente do que se afirma.

- (A) O sociólogo considera contraditório que as pessoas ainda debatam política, pois quem está cansado não deveria demonstrar interesse algum.
- (B) A fala sugere que a solução para o desinteresse político é afastar completamente os cidadãos do debate público.
- (C) O trecho pressupõe que o desânimo das pessoas decorre da natureza inevitavelmente corrupta da política.
- (D) Infere-se que, para o sociólogo, o problema central está nos cidadãos, que não sabem exercer sua responsabilidade democrática.
- (E) A declaração implica que o problema percebido pelas pessoas não está na existência da política, mas em sua prática atual, o que explica a permanência do debate mesmo diante do cansaço.

10

Considere os trechos abaixo, que poderiam compor um mesmo artigo de opinião sobre o avanço da inteligência artificial:

- I – A tecnologia tem ampliado as fronteiras do conhecimento humano, automatizando tarefas e otimizando decisões.
- II – Contudo, quanto mais eficientes se tornam as máquinas, mais se questiona o papel ético de quem as programa.
- III – Não se trata apenas de inovação, mas de responsabilidade sobre o que se cria.
- IV – A inteligência artificial não ameaça o ser humano; revela o quanto ele precisa definir o que entende por humanidade.

A relação de encadeamento lógico e de organização interna que melhor preserva a coerência e a progressão temática do texto está indicada em:

- (A) I – II – III – IV
- (B) II – I – IV – III
- (C) III – I – II – IV
- (D) IV – II – I – III
- (E) I – III – IV – II

11

Considere os fragmentos abaixo, que poderiam integrar um texto dissertativo sobre o impacto das redes sociais no comportamento contemporâneo:

- I – A rapidez com que as informações se espalham nas redes tem transformado a maneira como as pessoas formam opiniões.
- II – Essa aceleração, no entanto, não necessariamente produz maior consciência crítica; muitas vezes, substitui reflexão por imediatismo.
- III – A comparação entre a leitura aprofundada de um livro e a leitura fragmentada das telas evidencia o contraste entre pensar e reagir.
- IV – Diante desse cenário, é preciso repensar a forma como consumimos conteúdo digital, buscando equilibrar velocidade e profundidade.

Entre as sequências abaixo, assinale aquela em que se constrói um texto argumentativamente estruturado, com tese inicial, desenvolvimento comparativo e causal e conclusão coerente.

- (A) III – I – IV – II
- (B) II – I – III – IV
- (C) I – III – II – IV
- (D) I – II – III – IV
- (E) II – III – I – IV

12

Leia o fragmento a seguir, extraído de um ensaio sobre o papel da memória:

“Recordar não é reviver, mas reconstruir. O passado, ao ser lembrado, se reorganiza segundo o olhar do presente — é este que o refaz, reinterpretando-o.”

Considerando o funcionamento dos mecanismos de coesão textual, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo “este” retoma o substantivo “passado”, estabelecendo uma coesão referencial por substituição de termo anterior.
- (B) A conjunção “mas” introduz uma ideia de consequência, articulando os dois períodos de forma conclusiva.
- (C) O pronome “este” faz referência ao termo “presente”, funcionando como elemento anafórico que assegura a continuidade temática e a oposição temporal implícita no texto.
- (D) O uso da vírgula após “lembrado” indica pausa meramente estilística, sem função sintática ou semântica.
- (E) A repetição do verbo “recordar” e “lembrado” configura um caso de incoerência lexical, já que expressam ideias contraditórias.

13

Durante uma palestra sobre linguagem e cultura, o conferencista afirmou:

“Palavras são como mapas: não são o território, mas indicam os caminhos possíveis para compreendê-lo.”

Com base na análise semântica e no emprego dos vocábulos, assinale a alternativa em que o sentido da palavra “mapas”, no contexto, foi corretamente interpretado.

- (A) O termo “mapas” é usado em sentido denotativo, pois designa literalmente os instrumentos geográficos que orientam deslocamentos físicos.
- (B) A palavra “mapas” expressa uma ideia de falsidade, indicando que as palavras distorcem completamente a realidade que pretendem representar.
- (C) O vocábulo “mapas” tem emprego metafórico, simbolizando a função mediadora da linguagem, que não reproduz o real, mas o organiza e o orienta cognitivamente.
- (D) O termo “mapas” é empregado como sinônimo de “ilusões”, enfatizando o caráter enganoso e subjetivo da comunicação humana.
- (E) O uso de “mapas” confere ao texto um valor puramente estético, sem relação direta com o conteúdo reflexivo da frase.

14

Durante uma reunião sobre metas institucionais, o diretor afirmou:

“Se todos **cumprissem** suas responsabilidades, a empresa **atingiria** resultados ainda melhores.”

Considerando o uso dos tempos e modos verbais e o valor semântico que expressam, assinale a alternativa correta.

- (A) O emprego do pretérito imperfeito do subjuntivo e do futuro do pretérito expressa uma sequência de fatos passados, com valor de certeza e constatação.
- (B) Os verbos “cumprissem” e “atingiria” indicam uma condição hipotética e uma consequência potencial, configurando período condicional irreal, típico de situações não efetivamente realizadas.
- (C) O uso do modo subjuntivo em “cumprissem” expressa dúvida quanto à capacidade da empresa, e o futuro do pretérito em “atingiria” reforça a certeza da concretização do resultado.
- (D) O verbo “atingiria” está empregado no modo indicativo com valor de futuro absoluto, indicando projeção temporal inevitável.
- (E) O modo subjuntivo de “cumprissem” foi usado indevidamente, pois o correto seria o indicativo, já que a hipótese apresentada é objetiva.

15

Em uma palestra sobre linguagem e ambiguidade, a professora afirmou:

“A riqueza de uma língua não está apenas na quantidade de palavras que ela possui, mas na variedade de sentidos que cada uma delas pode assumir conforme o contexto.”

Com base nessa observação, analise as ocorrências de sentido nas sentenças a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) “Ele tem um **banco** no centro da cidade.” / “Sentou-se no **banco** da praça.” → Exemplo de **hiponímia**, pois as duas ocorrências se referem a espécies de um mesmo gênero.
- (B) “O aluno **assimilou** o conteúdo da aula.” / “O organismo **assimilou** os nutrientes.” → Exemplo de **antonímia contextual**, pois os sentidos são opostos entre si.
- (C) “O **copo** de cristal quebrou.” / “O **copo** de requeijão está vazio.” → Exemplo de **homonímia homógrafa**, pois as palavras coincidem na forma, mas divergem na pronúncia.
- (D) “O jovem mostrou-se **maduro** em suas decisões.” / “O fruto ainda não está **maduro** para o consumo.” → Exemplo de **sinonímia parcial**, pois há relação de equivalência entre os sentidos nos dois contextos.
- (E) “O governo vai **cortar** gastos públicos.” / “O padeiro vai **cortar** o pão.” → Exemplo de **polissemia**, pois o mesmo vocábulo mantém **núcleo de sentido comum** (ação de dividir/separar), mas adquire significados diferentes em contextos distintos.

16

Observe as frases a seguir e analise o emprego e o valor das classes gramaticais destacadas.

- I – O **certo** é que ninguém chegou a tempo.
- II – Ele sempre procurou agir de modo **certo**.
- III – **Certos** comentários geraram desconforto entre os colegas.
- IV – O professor queria que o aluno estivesse **certo** da resposta.

Assinale a alternativa em que se identifica corretamente o valor morfológico e semântico da palavra destacada em cada ocorrência.

- (A) I – substantivo; II – advérbio; III – adjetivo; IV – adjetivo.
- (B) I – adjetivo; II – adjetivo; III – pronome indefinido; IV – advérbio.
- (C) I – advérbio; II – adjetivo; III – substantivo; IV – verbo.
- (D) I – substantivo; II – adjetivo; III – advérbio; IV – substantivo.
- (E) I – adjetivo; II – advérbio; III – advérbio; IV – substantivo.

17

Durante uma palestra sobre linguagem contemporânea, o professor apresentou os seguintes vocábulos:

- I – *reaprender*
- II – *agroindústria*
- III – *clicar*
- IV – *microempresa*
- V – *passatempo*

Com base nos processos de formação de palavras, assinale a alternativa que classifica corretamente as formações apresentadas.

- (A) I – derivação prefixal; II – composição justaposta; III – derivação regressiva; IV – derivação parassintética; V – composição por aglutinação.
- (B) I – derivação sufixal; II – composição por aglutinação; III – derivação regressiva; IV – composição por justaposição; V – derivação prefixal.
- (C) I – derivação prefixal; II – composição por justaposição; III – derivação sufixal; IV – composição por justaposição; V – composição por justaposição.
- (D) I – derivação parassintética; II – composição por aglutinação; III – derivação prefixal; IV – derivação sufixal; V – derivação regressiva.
- (E) I – derivação sufixal; II – derivação prefixal; III – derivação regressiva; IV – composição por aglutinação; V – derivação prefixal.

18

Observe os enunciados a seguir e analise o emprego dos mecanismos de flexão nominal e verbal:

- I – Os alunos **corrigem** os exercícios com atenção.
- II – O diretor solicitou que os alunos **corrigissem** os erros encontrados.
- III – A secretária entregou os **documentos originais** ao setor responsável.
- IV – As novas **leis municipais** foram aprovadas ontem.

Com base na análise das flexões presentes, assinale a alternativa correta.

- (A) Em (I) e (II), a diferença entre as formas verbais deve-se apenas ao tempo verbal, pois ambas estão no modo indicativo.
- (B) Em (III), o termo “originais” flexiona-se em gênero e número, enquanto “documentos” permanece invariável.
- (C) Em (I) e (II), os verbos flexionam-se em modo e tempo, expressando, respectivamente, uma ação real (indicativo) e uma hipótese ou desejo (subjuntivo); em (III) e (IV), há flexão nominal regular de gênero e número.
- (D) Em (IV), o adjetivo “municipais” está flexionado apenas em gênero, pois o plural não se manifesta foneticamente.

(E) Em (II), o verbo “corrigissem” está na voz passiva sintética e expressa ação contínua, o que justifica o uso do subjuntivo.

19

Analise a estrutura sintática da oração abaixo:

“A pesquisa revelou ao público resultados surpreendentes sobre o comportamento das novas gerações.”

Considerando os termos da oração e suas respectivas funções, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo “ao público” exerce função de **adjunto adnominal**, pois complementa o sentido do substantivo “resultados”.
- (B) O verbo “revelou” é **intransitivo**, já que expressa uma ação completa em si, sem necessidade de complementos.
- (C) O termo “resultados surpreendentes” funciona como **objeto indireto**, pois é regido por preposição subentendida.
- (D) O segmento “sobre o comportamento das novas gerações” tem valor de **adjunto adverbial de causa**, explicando o motivo da revelação.
- (E) O termo “ao público” é **objeto indireto**, e “resultados surpreendentes” é **objeto direto**, compondo com o verbo “revelar” uma **estrutura transitiva bitransitiva**, típica de verbos que envolvem dois complementos.

20

Analise a construção a seguir:

“A empresa investiu em tecnologia **porque** precisava aumentar a produtividade, **mas** reduziu os gastos com capacitação.”

Assinale a alternativa que identifica corretamente o tipo de relação sintática e o valor semântico das orações conectadas.

- (A) O período apresenta subordinação causal (“porque precisava aumentar a produtividade”) e coordenação adversativa (“mas reduziu os gastos”), articulando duas relações distintas: causa e contraste.
- (B) Há apenas coordenação sindética conclusiva, pois o segundo segmento expressa uma conclusão lógica em relação ao primeiro.
- (C) As duas orações subordinadas expressam ideias de condição e consequência, respectivamente, unidas por conectivos de valor hipotético.
- (D) O período é formado exclusivamente por orações coordenadas, já que o conector “porque” não estabelece subordinação, mas apenas explicação.
- (E) As orações apresentam relação de adição e simultaneidade, marcadas pela justaposição e ausência de dependência sintática entre elas.

21

Leia o período a seguir:

“Os gestores **assistiram** atentos **ao discurso** do ministro e **preferiram** concentrar esforços **em soluções práticas**, não **em debates ideológicos**.”

Considerando os mecanismos de regência e transitividade verbal e nominal, assinale a alternativa correta.

- (A) O verbo “assistir” é transitivo direto, portanto o uso da preposição “a” é desnecessário e incorreto.
- (B) O verbo “assistir” é transitivo indireto com o sentido de “ver” ou “presenciar”, exigindo a preposição “a”; já o verbo “preferir” é transitivo direto e indireto, regendo dois complementos — um sem e outro com preposição.
- (C) O verbo “assistir”, no contexto, possui valor de “ajudar”, sendo transitivo direto, enquanto “preferir” exige apenas complemento indireto.
- (D) O termo “em debates ideológicos” funciona como objeto direto preposicionado, pois completa o sentido do verbo “preferir”.
- (E) O verbo “preferir” é intransitivo, pois expressa uma atitude geral e não requer complementos para ter sentido completo.

22

Observe o período a seguir:

“Os resultados foram surpreendentes: ninguém esperava tamanha adesão ao projeto.”

Assinale a alternativa que apresenta **reescrita com alteração significativa de sentido** em virtude da **mudança de pontuação**.

- (A) “Os resultados foram surpreendentes — ninguém esperava tamanha adesão ao projeto.”
- (B) “Os resultados foram surpreendentes; ninguém esperava tamanha adesão ao projeto.”
- (C) “Os resultados foram surpreendentes, ninguém esperava tamanha adesão ao projeto.”
- (D) “Os resultados foram surpreendentes, pois ninguém esperava tamanha adesão ao projeto.”
- (E) “Os resultados foram surpreendentes — ninguém, absolutamente ninguém, esperava tamanha adesão ao projeto.”

Legislação

Glauber Marinho, Eduardo Galante e Daniel Barbosa

23

A respeito da distinção entre ética e moral, assinale a alternativa correta.

- (A) Ética e moral são palavras de raízes históricas semelhantes.
- (B) Ética e moral são palavras de sentidos etimologicamente diferentes.
- (C) Os conceitos de ética e de moral são convergentes.
- (D) Moral é a conduta baseada em normas e valores estabelecidos e difundidos socialmente.
- (E) Moral é a conduta justificável racionalmente.

24

De acordo com o Código de Ética e de Conduta dos Servidores do PJRS, é dever de servidor/a do TJRS, exceto

- (A) não utilizar o cargo em situações que configurem abuso de poder.
- (B) alertar, publicamente, qualquer colega sobre erro que possa caracterizar infringência ao Código de Ética.
- (C) facilitar a fiscalização de atos por quem de direito, prestando a colaboração necessária.
- (D) não utilizar equipamentos de trabalho de forma desvirtuada aos objetivos do TJRS.
- (E) zelar pelo patrimônio público.

25

Em conformidade com o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, marque a opção correta.

- (A) Os cargos de provimento efetivo serão organizados em classes, com promoções de nível a nível, mediante aplicação de critérios alternados de merecimento e antiguidade.
- (B) A investidura em cargo público de provimento efetivo ocorrerá com a nomeação.
- (C) Integrará a inspeção médica que ateste a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o exame psicológico, que terá caráter classificatório.
- (D) A posse em cargo público efetivo dependerá de prévia inspeção médica que ateste a aptidão física e mental para o exercício do cargo, observados os requisitos definidos em regulamento.
- (E) A investidura em cargo público de provimento efetivo dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas, títulos ou de provas e títulos.

26

Relativamente à Emenda Regimental n. 02/2018 – TJRS, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, indique a alternativa correta.

- (A) Divide-se o Tribunal em 2 (duas) seções: Cível e Criminal, constituída a primeira de 30 (trinta) Câmaras e a segunda de 10 (dez) Câmaras, designadas pelos primeiros números ordinais.
- (B) O Órgão Especial, funcionando no exercício delegado das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência originária do Tribunal Pleno, é constituído por vinte e nove Desembargadores, sete dos quais oriundos da representação classista prevista no artigo 94 da Constituição Federal, provendo-se onze vagas pelo critério de antiguidade no Tribunal de Justiça e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno.
- (C) A Seção de Direito Público é composta por 5 (cinco) Grupos Cíveis.
- (D) O Tribunal de Justiça é constituído de 180 (cento e oitenta) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição no território do Estado.
- (E) São órgãos do Tribunal de Justiça: I – o Tribunal Pleno; II – o Órgão Especial; III – as Turmas de Julgamento; IV – os Grupos de Câmaras Cíveis e de Câmaras Criminais; V – as Câmaras Separadas, Cíveis e Criminais, as Câmaras Especiais e a Câmara da Função Delegada dos Tribunais Superiores; VI – a Presidência e as Vice-Presidências; VII – o Conselho da Magistratura; VIII – a Corregedoria-Geral da Justiça; IX – as Comissões e os Conselhos; X – o Centro de Estudos.

27

Sobre a Lei n. 7.356/1980 – RS, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Divide-se o Tribunal em duas (2) Seções: pública e privada.
- (B) O Tribunal de Justiça funcionará, ordinária ou extraordinariamente, em Tribunal Pleno, Órgão Especial, Corregedoria, Ouvidoria, Grupos Criminais, Grupos Cíveis, Grupos Judiciais e Câmaras Separadas, Cíveis e Criminais.
- (C) São órgãos do Poder Judiciário do Estado, além dos que integram a Justiça Militar: I – o Tribunal de Justiça; II – os Juízes de Direito; III – os Tribunais do Júri; IV – os Juizados Especiais; V – os Pretores; VI – os Juízes de Paz.
- (D) A Presidência do Tribunal de Justiça é exercida por um Desembargador, eleito por dois anos, permitida uma recondução.
- (E) Vagando o cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente mais idoso, que completará o período presidencial. Dentro de trinta (30) dias, a contar da vaga, realizar-se-á a eleição dos demais Vice-Presidentes.

28

Em conformidade com o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul, marque a opção correta.

- (A) Posse é a aceitação expressa do cargo, formalizada com a assinatura do termo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da nomeação, prorrogável por igual período a pedido do interessado ou no interesse da administração.
- (B) Salvo nos casos previstos nesta lei, o servidor que interromper o exercício por mais de 15 (quinze) dias consecutivos será demitido por abandono de cargo, com base em resultado apurado em sindicância.
- (C) O servidor removido ou redistribuído “ex-officio”, que deva ter exercício em outra localidade, terá 30 (trinta) dias para entrar em exercício, excluído desse prazo, o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.
- (D) Lotação é a força de trabalho qualitativa e quantitativa de cargos nos órgãos em que, efetivamente, devam ter exercício os servidores, observados os limites fixados para cada repartição ou unidade de trabalho.
- (E) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias contados da investidura no cargo.

29

Relativamente à Emenda Regimental n. 02/2018 – TJRS, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, indique a alternativa correta.

- (A) A Seção de Direito Privado é composta por 10 (dez) Grupos Cíveis e pelas 13ª, 14ª e 15ª Câmaras Cíveis.
- (B) As Câmaras Cíveis Separadas compõem-se de até 9 (nove) julgadores, exigindo-se, para o seu funcionamento, a presença de pelo menos 5 (cinco) membros.
- (C) As sessões dos Grupos Cíveis serão realizadas com o “quórum” mínimo de 3 (três) julgadores, excluindo o Presidente.
- (D) As Turmas, presididas pelo 1º Vice-Presidente ou pelo Desembargador mais antigo presente, serão constituídas pelas Câmaras Criminais integrantes de sua área de especialização e reunir-se-ão com a presença mínima de 1/3 de seus membros.
- (E) A Seção de Direito Público é constituída de 2 (duas) Turmas de Julgamento, e a seção de Direito Privado, de 3 (três) Turmas de Julgamento.

30

Sobre a Lei n. 7.356/1980 – RS, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao Presidente do Tribunal de Justiça, além da atribuição maior de representar o Poder Judiciário, de exercer a suprema inspeção da atividade de seus pares, de supervisionar todos os serviços de 1º Grau, compete-lhe exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei, Estatuto Geral e no Regimento Interno.
- (B) A Ouvidoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o Estado, será presidida por um Ouvidor, com o título de Ouvidor-Geral da Justiça, auxiliado por Juízes-Ouvidores.
- (C) O Conselho da Magistratura, órgão maior de inspeção e disciplina na primeira instância, e de planejamento da organização e da administração judiciárias em primeira e segunda instâncias.
- (D) O 3º Vice-Presidente, nas faltas e impedimentos, será substituído pelo Ouvidor-Geral.
- (E) Compete ao Corregedor-Geral, além de substituir o Presidente nas faltas e impedimentos e suceder-lhe no caso de vaga, exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou Regimento Interno.

31

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar:

- (A) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- (B) A pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- (C) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, metade de todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
- (D) São vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.
- (E) Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência até os 18 anos.

32

De acordo com a Lei n. 10.098/2000:

- I – Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.
- II – Tendo em vista a liberdade econômica, os veículos de transporte coletivo não necessitam cumprir requisitos de acessibilidade.
- III – Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

Estão corretos:

- (A) apenas o item I.
- (B) apenas o item II.
- (C) apenas os itens I e III.
- (D) apenas os itens II e III.
- (E) todos os itens.

Noções de Análise de Dados e IA

Fabício Melo, Maurício Franceschini e Vitor Kessler

33

No ambiente do Windows 10 e Windows 11, é possível acessar rapidamente configurações do sistema e ferramentas administrativas por meio de combinações de teclas.

Um servidor precisa abrir o “Gerenciador de Dispositivos” (**Device Manager**) com o menor número de cliques possível, sem navegar pelo Painel de Controle.

Dentre as opções abaixo, indique o atalho que permite esse acesso.

- (A) Ctrl + Shift + Esc
- (B) Win + X
- (C) Win + R, digitando taskmgr
- (D) Alt + Tab
- (E) Win + I

34

Durante a elaboração de um relatório institucional no Microsoft Word 365, três servidores precisam editar simultaneamente o mesmo documento salvo no OneDrive da organização.

O chefe da equipe deseja acompanhar, em tempo real, quem está alterando o texto e garantir que nenhuma versão do arquivo seja sobrescrita manualmente.

Considerando as funcionalidades nativas do Word 365, é correto afirmar que:

- (A) o Word 365 não permite edição simultânea; apenas um usuário pode alterar o documento por vez.
- (B) a coautoria em tempo real só é possível se o arquivo estiver compartilhado por meio do Teams, e não pelo OneDrive.
- (C) o acompanhamento em tempo real das alterações requer ativar o modo “Controle de Alterações” e atualizar manualmente o documento.
- (D) a coautoria permite que vários usuários editem simultaneamente o mesmo documento armazenado no OneDrive, exibindo em tempo real o nome de quem está editando cada parte do texto.
- (E) para editar simultaneamente, cada usuário precisa baixar o arquivo, editar e sincronizar manualmente o documento com o OneDrive.

35

Considere o seguinte trecho de planilha do **Microsoft Excel 365**, que contém os dados da folha salarial de determinados servidores:

	A	B	C	D	E	F	G
1	Matrícula	Nome	Salário				
2	101	Ana	3200				
3	102	Bruno	4500				
4	103	Carla	3800				
5	104	Diego	5100				
6							

O servidor **João** está digitando uma nova planilha, onde deseja consultar automaticamente o salário de cada servidor a partir do número de matrícula.

Na célula **F2**, ele digita o valor **102**, correspondente à matrícula de Bruno.

Na célula **G2**, para buscar o salário de Bruno a partir da planilha acima, ele insere a seguinte fórmula:
=PROCV(F2; A2:C5; 3; FALSO)

Com base no comportamento da função **PROCV** no Excel 365, o valor apresentado na célula **G2** será:

- (A) 3.200
- (B) 4.500
- (C) 3.800
- (D) 5.100
- (E) #N/D

36

A Secretaria de Administração de um município utiliza o pacote Microsoft 365 para armazenar e gerenciar documentos internos.

Durante a preparação de um relatório anual, o servidor responsável decide criar uma pasta “Relatórios 2025” para que cada departamento possa incluir e editar seus arquivos, mantendo controle de versão, permissões específicas de leitura e edição e possibilidade de acompanhamento das alterações de forma centralizada.

Considerando as funcionalidades do Microsoft 365, a plataforma mais adequada para essa tarefa é:

- (A) OneDrive, pois é o único serviço de armazenamento em nuvem capaz de compartilhar arquivos e controlar permissões com usuários internos e externos.
- (B) SharePoint Online, pois permite criação de bibliotecas de documentos com controle de versão, grupos de acesso e edição colaborativa, integrando-se ao Teams e ao OneDrive.
- (C) Teams, pois centraliza arquivos e mensagens sem depender de armazenamento em nuvem externo.
- (D) OneDrive Pessoal, pois atende ao compartilhamento entre diversos usuários utilizando uma pasta pública comum.
- (E) Outlook Web, pois oferece espaço em nuvem adequado para armazenamento e controle de versões de anexos.

37

Considerando as funcionalidades do Microsoft Teams, a opção que descreve corretamente a finalidade e o funcionamento dessa ferramenta é:

- (A) Permite apenas troca de mensagens instantâneas e reuniões pontuais, sem integração com outros aplicativos do Microsoft 365, exigindo o uso do OneDrive para qualquer compartilhamento de arquivo.
- (B) É um aplicativo dedicado apenas a videoconferências, sem recursos de armazenamento de arquivos, sendo recomendado apenas para reuniões esporádicas.
- (C) Atua como plataforma unificada de comunicação e colaboração, integrando chat, canais temáticos, reuniões on-line, armazenamento de arquivos (via SharePoint e OneDrive) e edição colaborativa de documentos em tempo real.
- (D) Funciona exclusivamente como servidor de e-mails corporativos, substituindo integralmente o Outlook dentro do Microsoft 365.
- (E) É uma ferramenta voltada ao controle financeiro de equipes, por meio de planilhas e relatórios incorporados automaticamente na nuvem do Excel 365.

38

Durante uma auditoria interna, uma empresa de médio porte percebeu que parte de seus colaboradores estava armazenando documentos corporativos importantes em serviços de nuvem pública de uso pessoal, como o Google Drive e o Dropbox. Preocupada com a segurança e a confidencialidade das informações, a equipe de TI decidiu redirecionar o fluxo de armazenamento e comunicação para sistemas internos, garantindo maior controle de acesso, confidencialidade e registro de atividades. Considerando as boas práticas de redes de computadores e de utilização de ferramentas corporativas, é correto afirmar:

- (A) A empresa deveria liberar o uso livre das redes sociais corporativas externas, como LinkedIn e Facebook Workplace, pois são mais seguras que os sistemas internos.
- (B) A melhor alternativa seria migrar os documentos e comunicações internas para uma intranet corporativa, integrada a uma nuvem privada e a ferramentas de colaboração como o Microsoft Teams ou o SharePoint.

- (C) Para aumentar a eficiência, a empresa deve manter todos os arquivos em redes públicas, pois estas reduzem custos e garantem sigilo por padrão.
- (D) O uso de ferramentas públicas de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram, é preferível, já que não há riscos de vazamento de dados em comunicações externas.
- (E) A eliminação total do uso da internet corporativa é a única medida eficaz de proteção, sendo incompatível o uso simultâneo de intranets e sistemas de nuvem.

39

Uma prefeitura está modernizando seus prédios públicos e decidiu instalar um novo sistema de conectividade sem fio para atender simultaneamente centenas de colaboradores, garantindo alta velocidade, baixa latência e melhor desempenho em ambientes com grande quantidade de dispositivos conectados, como câmeras de segurança, notebooks e sensores de Internet das Coisas (IoT).

Além disso, o município firmou parceria com uma operadora para ampliar a cobertura móvel em áreas com baixa infraestrutura de fibra óptica, visando acesso remoto a sistemas administrativos.

Com base nas tecnologias de redes sem fio e móveis, a alternativa correta é:

- (A) As redes Wi-Fi 6 e 7 apresentam menor eficiência em ambientes congestionados, pois utilizam padrões antigos de múltiplo acesso e não suportam novas faixas de frequência.
- (B) O Wi-Fi 6E utiliza, além das frequências tradicionais de 2,4 GHz e 5 GHz, a nova faixa de 6 GHz, ampliando a largura de banda e reduzindo interferências em locais com muitos equipamentos conectados.
- (C) O padrão 5G utiliza exclusivamente a mesma infraestrutura e frequência do 4G, diferenciando-se apenas na velocidade nominal de download.
- (D) A rede 4G supera o 5G em latência e densidade de conexão por metro quadrado, sendo tecnicamente mais indicada para aplicações de IoT e cidades inteligentes.
- (E) O Wi-Fi 7 é uma tecnologia de conexão por cabo, voltada apenas à comunicação direta entre roteadores e switches dentro de uma rede local cabeada.

40

Uma empresa pública está implantando um sistema digital de atendimento capaz de responder automaticamente às dúvidas mais frequentes dos cidadãos, aprender com as interações registradas e aprimorar gradativamente a precisão das respostas. O projeto foi desenvolvido em parceria com um órgão de tecnologia voltado para soluções baseadas em análise de dados, algoritmos adaptativos e reconhecimento de linguagem natural.

Considerando as noções de Inteligência Artificial (IA) e Aprendizado de Máquina (Machine Learning), a alternativa correta é:

- (A) O sistema descrito é baseado apenas em programação fixa, pois a IA não permite alterar o comportamento do software após sua implementação inicial.
- (B) O reconhecimento de linguagem natural é uma tecnologia independente da Inteligência Artificial, utilizada apenas para tradução automática e sem relação com aprendizado de máquina.
- (C) O aprendizado de máquina exige, obrigatoriamente, intervenção humana contínua para cada nova decisão ou análise realizada pelo sistema.
- (D) A Inteligência Artificial é restrita a jogos e simulações, sem aplicação prática em serviços automatizados de atendimento.
- (E) A capacidade de o sistema aprender e melhorar com as interações caracteriza o uso do aprendizado de máquina, um ramo da Inteligência Artificial

41

O Guia de Boas Práticas LGPD do TJRS apresenta o Ciclo de Vida dos Documentos de Arquivos, relacionando as fases do ciclo e as operações de tratamento de dados na gestão de documentos. Assinale a operação que está relacionada à fase de Utilização:

- (A) Elaboração.
- (B) Registro.
- (C) Avaliação.
- (D) Tramitação.
- (E) Eliminação.

42

No contexto da Lei n. 13.709/2018, conhecida como LGPD, as infrações cometidas contra a Lei estão sujeitas a sanções devidamente elencadas, as quais deverão ser aplicadas administrativamente, após devido processo administrativo e ampla defesa do agente infrator. Nesse sentido, analise as sentenças a seguir:

- I – Multa diária no valor máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
- II – Advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.
- III – Publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.

São consideradas sanções pela LGPD apenas o que consta em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

43

No contexto da transformação digital no Poder Judiciário, diversas soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) vêm sendo utilizadas para ampliar a acessibilidade e garantir a segurança jurídica na elaboração de textos e decisões automatizadas. Considerando esse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso de IA no Judiciário dispensa a necessidade de validação humana, desde que o sistema esteja de acordo com normas técnicas de acessibilidade.
- (B) Ferramentas de IA generativa podem auxiliar na elaboração de minutas e decisões, desde que o conteúdo seja revisado por um magistrado ou servidor responsável.
- (C) A acessibilidade digital garante o acesso físico a equipamentos de informática, não abrangendo o design inclusivo das plataformas judiciais.
- (D) O uso de IA no Judiciário é proibido na elaboração textual, em razão dos riscos éticos e jurídicos envolvidos.
- (E) A acessibilidade digital é uma diretriz recomendável nos sistemas de tramitação processual eletrônica.

44

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem incentivando o uso de Inteligência Artificial em projetos voltados à acessibilidade e à eficiência processual. Considerando o uso ético e responsável dessas tecnologias, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização de IA em tribunais deve priorizar a eficiência, desde que comprometa a compreensão das partes quanto às decisões geradas.
- (B) Ferramentas de IA acessíveis, como leitores automáticos de sentenças e chatbots inclusivos, contribuem para ampliar o acesso à Justiça.
- (C) O uso de IA generativa no Judiciário deve substituir a atuação de assessores jurídicos, em nome da produtividade.
- (D) A acessibilidade digital deve ser alcançada na adequação de portais eletrônicos, mas não em sistemas de IA.
- (E) A segurança jurídica não é afetada pelo uso de IA, já que os sistemas são isentos de vieses.

Direito Constitucional

Maria Júlia

45

O direito de greve dos servidores públicos, previsto no art. 37, VII, da Constituição Federal, dispõe que “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. À luz da classificação de José Afonso da Silva quanto à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de norma de eficácia plena, pois é autoaplicável e produz todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição.
- (B) Trata-se de norma de eficácia contida, uma vez que o direito é imediato, mas pode ser restringido por legislação infraconstitucional.
- (C) Trata-se de norma de eficácia limitada, por depender de integração legislativa para viabilizar o exercício do direito previsto.
- (D) Trata-se de norma programática, pois exprime apenas um ideal político-social a ser concretizado progressivamente.
- (E) Trata-se de norma de eficácia absoluta, pois não admite emenda nem restrição por norma infraconstitucional.

46

Em contexto de protestos organizados por entidades sindicais sem aviso prévio às autoridades, houve bloqueio total das vias de acesso à capital do Estado, queima de pneus e transtornos generalizados à coletividade. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de exercício regular do direito de reunião, protegido pela liberdade de expressão, sem repercussão patrimonial.
- (B) A conduta caracteriza dano moral coletivo *in re ipsa*, diante da violação direta e imediata aos interesses difusos da coletividade.
- (C) Cuida-se de abuso de poder administrativo, sujeito à responsabilização funcional dos agentes públicos.
- (D) O ato é lícito, por se tratar de manifestação sindical amparada pela liberdade de expressão e reunião.
- (E) Há apenas dano material, não sendo possível reconhecer abalo moral coletivo na ausência de prova específica.

47

A respeito da efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria da reserva do possível autoriza o Estado a deixar de cumprir qualquer direito social, desde que haja previsão legal expressa.
- (B) A reserva do possível tem caráter absoluto e prevalece sobre o mínimo existencial.
- (C) O mínimo existencial consiste no conjunto de prestações indispensáveis à dignidade humana, não podendo ser negado sob alegação genérica de falta de recursos.
- (D) O controle judicial das políticas públicas sociais é vedado, por se tratar de matéria de discricionariedade administrativa.
- (E) A reserva do possível constitui fundamento suficiente para a negativa de medicamentos de alto custo, independentemente da comprovação da imprescindibilidade terapêutica.

48

As limitações impostas ao poder constituinte derivado reformador refletem a supremacia da Constituição e garantem sua rigidez, impedindo que o poder de reforma se confunda com o poder de criação constitucional. Sobre tais limitações, assinale a alternativa correta.

- (A) As limitações materiais são passíveis de revisão a cada cinco anos, conforme o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
- (B) As limitações circunstanciais impedem apenas a aprovação de leis ordinárias durante períodos excepcionais.
- (C) As limitações formais restringem-se ao número máximo de emendas constitucionais possíveis por legislatura.
- (D) As limitações circunstanciais vedam a deliberação e aprovação de emenda constitucional durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.
- (E) As limitações materiais podem ser superadas mediante decisão política do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

49

O controle de constitucionalidade pode ser classificado, quanto ao momento em que é exercido, em preventivo ou repressivo. Considerando essa classificação, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle preventivo é de competência exclusiva do Poder Legislativo, exercido pelas Comissões de Constituição e Justiça das Casas Legislativas.
- (B) O controle repressivo é prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal, como guardião da Constituição.
- (C) O Poder Executivo não possui qualquer atribuição relacionada ao controle preventivo de constitucionalidade.
- (D) O Poder Judiciário exerce o controle preventivo apenas em sede de controle concentrado, mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) O controle preventivo pode ser exercido por todos os Poderes da República, observadas as peculiaridades e limites próprios de cada um.

50

A respeito dos entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Estadual pode estabelecer hipóteses próprias de intervenção estadual nos Municípios, desde que respeite o princípio da autonomia municipal.
- (B) Enquanto não for editada a lei complementar federal prevista no art. 18, § 4º, da CF/1988, os Estados podem regulamentar a criação de novos Municípios, mediante lei estadual específica.
- (C) O Estado pode intervir em Município, com fundamento no art. 35, IV, da CF/1988, para assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis do art. 34, VII, da CF/1988, ainda que esses princípios não estejam expressamente reproduzidos na Constituição Estadual.
- (D) A alteração dos limites territoriais de um Município independe de plebiscito, bastando lei complementar estadual que defina os novos limites.
- (E) É constitucional norma da Constituição Estadual que restrinja aos entes públicos e sociedades de economia mista a prestação dos serviços de saneamento e abastecimento de água, como forma de garantir controle estatal sobre atividade essencial.

51

Sobre as garantias da magistratura estadual previstas na Constituição do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) A vitaliciedade é adquirida após três anos de exercício e pode ser perdida por decisão administrativa do Tribunal.
- (B) A inamovibilidade é garantia que pode ser afastada por conveniência do serviço, mediante ato do Presidente do Tribunal.
- (C) A irredutibilidade de subsídios não alcança vantagens pessoais ou indenizatórias.
- (D) O juiz pode perder o cargo por decisão administrativa do Conselho da Magistratura, após processo disciplinar.
- (E) As garantias da magistratura estadual são a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídios, nos mesmos termos da Constituição Federal.

52

Nos termos da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, é competência originária do Tribunal de Justiça processar e julgar, entre outros:

- (A) os Vereadores, nos crimes funcionais.
- (B) o Governador do Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- (C) o Procurador-Geral do Estado, nos crimes comuns e funcionais.
- (D) os Juízes de Direito e os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- (E) o Presidente da Assembleia Legislativa, apenas nos crimes eleitorais.

Direito Administrativo**Gustavo Scatolino****53**

No âmbito do poder hierárquico, a Administração Pública estrutura-se de modo a permitir o controle interno dos atos e a distribuição funcional de competências. Acerca desse poder, assinale a alternativa correta.

- (A) A delegação de competências depende de hierarquia entre os agentes, sob pena de nulidade do ato.
- (B) A avocação é excepcional e pode ocorrer quando houver motivo relevante e houver razões que justifiquem a concentração da decisão no superior.
- (C) O poder hierárquico permite que autoridades inferiores decidam matérias que não são de sua competência, por não haver hierarquia na Administração Pública.
- (D) A hierarquia administrativa pressupõe relação de subordinação entre os entes federativos.
- (E) A inexistência de vínculo hierárquico impede qualquer controle externo sobre a legalidade de atos administrativos.

54

O serviço adequado é elemento essencial nos contratos de concessão, refletindo a observância do interesse público e a proteção dos usuários. À luz da Lei n. 8.987/1995, assinale a alternativa correta.

- (A) O conceito de serviço adequado compreende, entre outros aspectos, a regularidade, a continuidade, a eficiência e a modicidade tarifária, entre outros.
- (B) A atualidade do serviço refere-se à adoção de novas tecnologias.
- (C) A interrupção do serviço por inadimplência do usuário justifica a interrupção dos serviços públicos a qualquer tempo.
- (D) A cortesia na prestação do serviço não possui relevância jurídica no controle de adequação.
- (E) O poder concedente pode interromper serviço público em dia anterior ao feriado, pois a vedação à interrupção de serviços públicos se dá no dia do feriado.

55

A Lei n. 14.133/2021 define as modalidades de licitação aplicáveis às contratações públicas. Considerando o regime jurídico das licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) O diálogo competitivo destina-se a contratações de maior complexidade, em que a Administração busca, junto aos licitantes, soluções capazes de atender às suas necessidades.
- (B) O pregão é voltado exclusivamente à contratação de bens e serviços de engenharia.

- (C) O concurso aplica-se às hipóteses de alienação de bens imóveis.
- (D) A concorrência restringe-se às contratações de obras públicas de pequeno porte.
- (E) O leilão adota o critério de maior lance para julgamento de propostas.

56

A organização administrativa do Estado brasileiro estrutura-se em Administração Direta e Indireta, compondo um sistema de entes dotados de competências e personalidades distintas. Considerando esse regime constitucional e as classificações doutrinárias, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização administrativa ocorre quando a execução de uma atividade estatal é atribuída a outra pessoa jurídica, mantendo-se vínculo hierárquico entre esta e a Administração central.
- (B) A desconcentração pressupõe a criação de novas pessoas jurídicas, cada uma com autonomia administrativa e financeira própria.
- (C) As empresas públicas e sociedades de economia mista são regidas pelo regime de Direito Público.
- (D) A vinculação entre Ministério e autarquia caracteriza controle finalístico, sem subordinação hierárquica.
- (E) A fundação pública é dotada de personalidade jurídica de direito privado e atua obrigatoriamente em atividades econômicas voltadas ao lucro institucional.

57

A Lei n. 14.230/2021 alterou substancialmente o regime da improbidade administrativa. Acerca dos elementos subjetivos exigidos para configuração dos atos de improbidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O dolo é requisito essencial para todas as espécies de improbidade, devendo ser comprovado, ainda que de forma genérica.
- (B) O dano ao erário, por si, é suficiente para caracterizar o ato ímprobo.
- (C) A modalidade culposa subsiste apenas nos atos que causem prejuízo financeiro à Administração.
- (D) O dolo genérico não basta para a configuração de ato ímprobo.
- (E) A lei permite presumir o dolo em razão da posição hierárquica ocupada pelo agente.

58

Os princípios e regras constitucionais que regem a Administração Pública e o regime jurídico dos servidores públicos estão previstos na Constituição Federal. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.

- (A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- (B) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício.
- (C) A estabilidade assegura ao servidor o direito à permanência no cargo, mesmo diante de insuficiência de desempenho funcional.
- (D) A Administração Pública direta e indireta admite nomeação de parentes de até o terceiro grau de agentes públicos para cargo em comissão.
- (E) A regra do concurso é absoluta, visto que os cargos comissionados também necessitam de concurso público para seleção de candidatos capacitados.

Direito Civil**Maryanne Abreu****59**

Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/1942), assinale a alternativa correta quanto à aplicação da lei no tempo e no espaço, e quanto à interpretação das normas jurídicas.

- (A) A lei nova que estabeleça disposições de ordem pública aplica-se imediatamente aos fatos consumados antes de sua vigência, por se tratar de norma cogente.
- (B) Na ausência de disposição expressa, considera-se que a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias após a sua publicação oficial, e o prazo para entrada em vigor das leis estrangeiras no Brasil segue o mesmo critério.
- (C) A lei posterior revoga a anterior, ainda que com ela compatível, se for apenas mais benéfica às partes envolvidas em relações privadas de caráter contratual.
- (D) A vigência da lei no espaço obedece ao princípio da territorialidade moderada, admitindo-se a aplicação da lei brasileira a atos ou fatos ocorridos no estrangeiro, quando houver obrigação a ser executada no Brasil.
- (E) O juiz, diante de lacuna da lei, deve abster-se de julgar, pois o ordenamento jurídico brasileiro não admite a criação judicial de normas, devendo o magistrado aguardar manifestação legislativa específica.

60

Nos termos do art. 5º do Código Civil, a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Entretanto, o ordenamento jurídico admite hipóteses de emancipação, que antecipam a plena capacidade civil do menor. Acerca das formas e dos efeitos da emancipação, assinale a alternativa correta.

- (A) A emancipação concedida pelos pais exige sempre homologação judicial, sob pena de nulidade, ainda que realizada por instrumento público.
- (B) A emancipação decorrente do casamento é automática, mas cessa com a dissolução da sociedade conjugal, retornando o emancipado à condição de incapaz.
- (C) A emancipação por colação de grau em curso superior exige que o emancipando tenha, no mínimo, dezoito anos completos.
- (D) A emancipação pelo estabelecimento civil ou comercial somente é possível se o menor, com dezesseis anos completos, comprovar economia própria.
- (E) A emancipação judicial só pode ser concedida quando o menor tiver dezesseis anos completos, e, nessa hipótese, é necessário ouvir o tutor, se houver.

61

Acerca dos direitos da personalidade previstos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos da personalidade são, em regra, transmissíveis e renunciáveis, desde que a manifestação de vontade seja livre e não viole a dignidade da pessoa humana.
- (B) É lícito o ato de disposição do próprio corpo quando importar diminuição permanente da integridade física, desde que autorizado por escrito e homologado judicialmente.
- (C) O pseudônimo, ainda que utilizado para atividades ilícitas, goza da mesma proteção conferida ao nome civil.
- (D) É possível a divulgação não autorizada da imagem de pessoa, sem fins comerciais, se o ato for necessário à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública.
- (E) A tutela dos direitos da personalidade restringe-se à vida da pessoa, não sendo admitida a legitimação de parentes ou cônjuge para a defesa da memória do falecido.

62

Considerando as disposições do Código Civil acerca do domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica, assinale a alternativa correta.

- (A) O domicílio da pessoa natural é sempre único, sendo vedada a coexistência de mais de uma residência considerada domicílio para fins jurídicos.
- (B) O servidor público tem domicílio necessário no local onde mantém sua residência familiar, ainda que exerça suas funções em outro município.
- (C) O domicílio da pessoa jurídica será sempre o local de sua sede principal, não podendo o estatuto ou contrato social eleger domicílio diverso.
- (D) O domicílio do militar é o local onde serve, e, se pertencer à Marinha ou à Aeronáutica, considera-se domicílio a sede do comando a que estiver imediatamente subordinado.
- (E) É vedado às partes contratantes, por meio de cláusula contratual, eleger domicílio diverso para o cumprimento das obrigações do contrato.

63

João, idoso e com pouca instrução, foi abordado em sua residência por um representante de empresa de crédito que lhe ofereceu um empréstimo consignado. O agente garantiu que se tratava apenas de uma “simulação para análise de perfil”, mas, sem perceber, João assinou contrato de empréstimo no valor de R\$ 50.000,00, com desconto direto em seu benefício previdenciário. Ao receber o primeiro desconto, procurou o banco alegando que nunca teve intenção de contratar, e que foi induzido em erro. Com base nas disposições do Código Civil sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) O negócio é nulo, pois o erro e o dolo são vícios que tornam o negócio jurídico inexistente, não admitindo confirmação pelas partes.
- (B) O negócio é anulável, pois houve vício de consentimento, uma vez que João foi induzido em erro essencial, que comprometeu a formação de sua vontade.
- (C) O negócio é válido, porque o erro de João decorreu de negligência, e a lei não protege o contratante que não lê o contrato antes de assiná-lo.
- (D) O negócio é nulo, pois a assinatura sem leitura caracteriza ausência total de manifestação de vontade, equiparando-se à coação moral.
- (E) O negócio é anulável apenas se João provar que o banco tinha conhecimento prévio de sua idade e condição econômica. Caso contrário, o erro é irrelevante juridicamente.

64

De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta quanto aos prazos de prescrição das pretensões.

- (A) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (B) Prescreve em dois anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento particular.
- (C) Prescreve em três anos a pretensão dos profissionais liberais pelos seus honorários.
- (D) Prescreve em quatro anos a pretensão de reparação civil.
- (E) A prescrição intercorrente observará prazo de cinco anos, contado do trânsito em julgado da decisão.

65

Marcos adquiriu de Cláudio, por contrato oneroso, um imóvel urbano por R\$ 500.000,00. Um ano após a compra, decisão judicial transitada em julgado determinou que Marcos perdesse a propriedade do bem, reconhecendo que o verdadeiro dono era terceiro que já possuía título registrado anteriormente. No contrato de compra e venda, havia uma cláusula expressa de exclusão da garantia pela evicção, mas não constava qualquer menção de que Marcos tivesse ciência do risco da perda. Com base nas disposições do Código Civil sobre evicção, assinale a alternativa correta.

- (A) Marcos não tem direito a qualquer restituição, pois a cláusula de exclusão da garantia de evicção impede toda e qualquer reparação.
- (B) Cláudio responde pela restituição integral do preço, pois a garantia pela evicção subsiste mesmo havendo cláusula expressa de exclusão.
- (C) Marcos tem direito à restituição do preço que pagou pela coisa evicta, pois não sabia do risco da evicção nem o assumiu.
- (D) Marcos tem direito apenas à indenização pelas benfeitorias úteis que tenha feito no imóvel, excluía qualquer restituição do preço.
- (E) Marcos não pode demandar pela evicção, ainda que não soubesse do risco, por se tratar de perda determinada judicialmente.

Direito Processual Civil

Lídia Marangon

66

Assinale a alternativa em relação aos princípios do direito processual civil.

- (A) As partes e o juiz atuarão colaborativamente para que o processo alcance, com a maior brevidade, a sua solução, ainda que isso implique renúncia de direitos processuais por parte de uma delas, conforme expressamente mencionado no CPC.
- (B) As partes têm liberdade plena para agir de acordo com seu interesse, competindo ao juiz apenas aceitar os atos e aplicar o disposto em lei.
- (C) As partes e o juiz devem cooperar entre si para que o processo atinja uma solução justa e eficaz, observando-se os deveres de boa-fé e lealdade processual.
- (D) A cooperação entre partes e juiz presume que qualquer atraso ou descuido poderá ser suprido por nova intimação, sem prejuízo do prazo inicial.
- (E) O princípio da cooperação não se aplica ao juiz.

67

A preclusão consiste em:

- (A) perda do direito de praticar determinado ato processual por já ter sido praticado ou por ter perdido o momento oportuno.
- (B) extinção da pretensão pelo decurso do prazo prescricional.
- (C) extinção do processo sem julgamento de mérito, quando o autor abandona a causa por três vezes.
- (D) possibilidade de uma parte rediscutir ato já praticado, desde que não haja prejuízo à outra parte.
- (E) suspensão automática do processo.

68

Indique qual dos princípios a seguir está expressamente previsto no art. 4º do CPC/2015 como orientação do procedimento civil: “Art. 4º As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.”

- (A) Oralidade dos atos processuais.
- (B) Primazia do julgamento do mérito.
- (C) Contraditório.
- (D) Concentração da prova em um único momento.
- (E) Gratuidade de justiça para parte hipossuficiente.

69

No que tange às tutelas provisórias do CPC/2015, assinale a opção correta.

- (A) A tutela da evidência será concedida, dependendo da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- (B) A tutela de evidência nunca pode ser concedida liminarmente.
- (C) A concessão de tutela de urgência exige a reversibilidade da medida.
- (D) A tutela de urgência não comporta reversibilidade, devendo ser irreversível para garantir eficácia.
- (E) A tutela de urgência somente pode ser concedida liminarmente.

70

Quanto à petição inicial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A petição inicial deve indicar o valor da causa.
- (B) O juiz pode indeferir liminarmente a petição inicial, quando não preencher os requisitos ou for inepta.
- (C) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos, determinará que o autor, no prazo de 30 (trinta) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- (D) A petição inicial precisa indicar, dentre outros requisitos, a causa de pedir, o pedido e o valor da causa.
- (E) Se a petição inicial for inepta, o processo será extinto sem resolução do mérito.

71

Sobre sentença e da coisa julgada no CPC/2015, é correto afirmar:

- (A) A coisa julgada formal se confunde com a coisa julgada material.
- (B) É permitido ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- (C) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- (D) A sentença sem resolução do mérito produz coisa julgada material automaticamente.
- (E) Publicada a sentença, o juiz jamais poderá realizar nela qualquer alteração.

72

De acordo com o CPC/2015, é correto afirmar:

- (A) A ausência de contestação pelo réu gera automaticamente a procedência do pedido.
- (B) O réu pode apresentar contestação e reconvenção no mesmo prazo e no mesmo ato processual.
- (C) A revelia impede o réu de produzir provas em qualquer hipótese.
- (D) A revelia sempre implica confissão quanto à matéria de fato.
- (E) O réu não pode propor reconvenção sem oferecer contestação.

Direito Penal

Rafael de Oliveira

73

Durante anos, o art. 25 da Lei Alfa previa como crime a conduta de “deixar de comunicar às autoridades competentes a mudança de domicílio em prazo superior a 30 dias”. Em 2025, a Lei Beta revogou expressamente o dispositivo, deixando de considerar tal conduta criminosa. Tício, processado em 2023 por ter descumprido essa obrigação, ainda respondia à ação penal, enquanto Caio, condenado em 2022 pelo mesmo delito, encontrava-se cumprindo pena em regime aberto. Após a entrada em vigor da nova lei, o defensor público requereu o arquivamento do processo de Tício e a libertação imediata de Caio.

À luz dos princípios da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido deve ser indeferido, pois a revogação do tipo penal não retroage, aplicando-se apenas a fatos futuros.
- (B) A revogação do tipo penal configura *abolitio criminis*, devendo retroagir para alcançar Tício e Caio, extinguindo suas punibilidades.
- (C) Apenas Tício é beneficiado pela revogação, pois ainda não havia sentença penal condenatória transitada em julgado.
- (D) Caio não pode ser beneficiado, pois já havia iniciado o cumprimento da pena antes da revogação da lei.
- (E) A extinção do crime depende de declaração expressa do Poder Judiciário por meio de ação revisional específica proposta pelo Ministério Público.

74

Tânia, gestante de dois meses, decidiu interromper voluntariamente a gravidez e procurou um conhecido, João, que aceitou realizar o procedimento em sua residência, com o consentimento dela. Durante a intervenção, ambos foram flagrados pela polícia e denunciados pelo Ministério Público.

Considerando as disposições do Código Penal e a natureza dos delitos em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) Tânia e João respondem pelo mesmo crime, pois o aborto com consentimento da gestante é um único delito com coautoria.
- (B) Apenas João responderá por crime, pois a gestante, ao consentir, é considerada vítima, e não autora do delito.
- (C) Tânia e João respondem por crimes distintos: ela pelo art. 124 do Código Penal e ele pelo art. 126, ambos referentes ao aborto consentido.
- (D) Ambos responderão pelo mesmo crime, porém a pena de Tânia será reduzida em razão de ser a gestante.
- (E) Nenhum dos dois pratica crime, pois o consentimento afasta a tipicidade penal da conduta.

75

Durante uma investigação policial, verificou-se que três indivíduos participaram de um crime de estupro contra uma mulher. Conforme apurado, os agressores agiram em conjunto, e um deles afirmou que o objetivo era “ensinar a vítima a se comportar conforme os padrões morais que consideravam corretos”.

Com base no art. 226, inciso IV, do Código Penal, incluído pela Lei n. 13.718/2018, assinale a alternativa correta quanto à forma de aumento de pena aplicável ao caso descrito.

- (A) A pena será aumentada de 1/3 a 2/3, por se tratar de estupro coletivo, praticado mediante concurso de dois ou mais agentes.
- (B) A pena será aumentada de 1/6 a 1/2, em razão da pluralidade de agentes, configurando concurso formal.
- (C) A pena será aumentada de 1/3 a 2/3, tanto por se tratar de estupro coletivo quanto por ter sido praticado com a intenção de controlar o comportamento social ou sexual da vítima, caracterizando também estupro corretivo.
- (D) A pena será aumentada em dobro, por envolver múltiplos agentes e motivação discriminatória.
- (E) A pena não sofre aumento, pois o Código Penal não prevê causas específicas de majoração para o crime de estupro.

76

Durante uma investigação, policiais civis receberam uma denúncia anônima de que em determinada residência havia drogas escondidas. Sem mandado judicial e sem qualquer sinal de crime em andamento, decidiram invadir o imóvel às 22h, contrariando a vontade do morador, que afirmava não haver nada de ilícito no local. Após a busca, nada foi encontrado.

Diante dessa situação hipotética, conforme o art. 22 da Lei n. 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa correta.

- (A) Não há crime, pois o ingresso em domicílio por autoridade policial é legítimo diante de denúncia anônima, ainda que sem mandado judicial.
- (B) O ingresso é lícito, pois o crime de tráfico de drogas é permanente e a suspeita justifica a entrada a qualquer hora do dia ou da noite.
- (C) O agente comete crime de abuso de autoridade, por ter invadido imóvel alheio à revelia da vontade do ocupante, fora das condições e horários previstos em lei.
- (D) A conduta é atípica, uma vez que a lei penal não exige a expedição de mandado judicial para entrada em domicílio durante investigações criminais.
- (E) Há mera infração administrativa, pois a violação de domicílio por agente público não é punida como crime, mas apenas como falta funcional.

Direito Processual Penal

Danielle Rolim

77

A respeito da sistemática introduzida no Código de Processo Penal pela Lei n. 13.964/2019, que alterou o procedimento para arquivamento do inquérito policial, bem como levando em conta a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao tema, é correto dizer:

- (A) o Supremo Tribunal Federal entendeu não ser possível o arquivamento do inquérito policial, tendo em vista que se cuida de um procedimento indisponível.
- (B) ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará apenas à vítima e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.

(C) caso a autoridade judicial verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento, poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme interpretação conferida pelo STF ao § 1º do art. 28 do CPP.

(D) se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

(E) se o delegado não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

78

A respeito do entendimento dos tribunais superiores acerca do Acordo de Não Persecução Penal – ANPP, assinale a alternativa correta.

- (A) É cabível o ANPP em processos em andamento quando da entrada em vigor da Lei n. 13.964/2019, desde que o pedido seja feito antes do recebimento da denúncia.
- (B) O ANPP pode ser celebrado em processos em andamento na data de entrada em vigor da Lei n. 13.964/2019, desde que o pedido seja feito antes do trânsito em julgado e que haja confissão prévia.
- (C) A confissão, por ser requisito expresso no art. 28-A do CCPP, deve ocorrer já no inquérito policial, para possibilitar que o Ministério Público avalie a presença ou não dos requisitos para oferecimento da proposta de ANPP.
- (D) É cabível ANPP em crimes raciais, inclusive na injúria racial, desde que presentes os requisitos do art. 28-A do CPP, pois inexistente vedação em nosso ordenamento jurídico.
- (E) O ANPP pode ser celebrado em processos em andamento na data de entrada em vigor da Lei n. 13.964/2019, mesmo sem confissão prévia, desde que o pedido seja feito antes do trânsito em julgado.

79

A respeito dos sujeitos processuais, assinale a alternativa correta, em conformidade com as disposições do Código de Processo Penal.

- (A) Nenhum acusado, salvo se foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- (B) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, caberá recurso em sentido estrito, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.
- (C) Não poderão ser peritos os analfabetos e os menores de 25 anos.
- (D) A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
- (E) O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao juiz, sob pena de multa, a ser fixada pelo juiz.

80

A respeito da ação civil *ex delicto*, assinale a alternativa que está em conformidade com a previsão legal.

- (A) Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
- (B) Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, mas não em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- (C) Impede a propositura da ação civil a decisão que julgar extinta a punibilidade.
- (D) Impede a propositura da ação civil a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.
- (E) A ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime, mas em nenhuma hipótese contra o responsável civil.

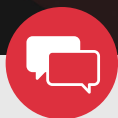


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despensa nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!